

• Política

CONSTITUINTE

Os principais conflitos na Sistematização

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Na montagem da primeira versão do projeto integral da nova Constituição, a Comissão de Sistematização da Constituinte empenha-se em resolver os conflitos entre as propostas das oito comissões temáticas. Não pode suprimir artigos, mesmo que os considere mais adequados para a legislação ordinária, nem alterar qualquer proposta aprovada em comissão tema, exceto se houver conflito com dispositivo de outra comissão.

Somente depois do dia 15 de julho, quando o projeto sofrer emendas no plenário da Constituinte, a Comissão de Sistematização terá liberdade para inovar.

Por enquanto, surgiram diversas áreas de atrito entre as propostas das comissões que permitem à Comissão de Sistematização adotar fórmulas novas, resultantes da compatibilização entre os textos. Os principais conflitos são os seguintes:

A reforma agrária — A Comissão da Ordem Econômica propôs ampla garantia ao direito de propriedade de imóveis rurais. O projeto prescreve que a propriedade rural deve cumprir a função social, mas não estabelece qualquer vínculo entre a função social e a desapropriação por interesse social. O imóvel cumpre a função social quando "é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado". Ou seja, não precisa ser, basta poder vir a ser. A desapropriação por interesse social só pode atingir propriedade "improdutiva" e em "zonas prioritárias". A indenização deve ser "prévia e justa", paga em títulos da dívida agrária resgatáveis em até vinte anos, mas que poderiam ser utilizados no pagamento de impostos federais. A Comissão de Sistematização fundirá as disposições aprovadas na Ordem Econômica com as aprovadas na Comissão da Ordem Social, que garantem ao trabalhador rural o direito à terra, e na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias, que estabelecem critérios para a graduação do valor da indenização conforme a destinação da propriedade. Os critérios levariam em conta "o não uso", o uso meramente especulativo" e a média da produtividade no período de três anos.

O capital estrangeiro — A Comissão de Sistematização deverá propor que o controle decisório seja requisito para a caracterização da empresa nacional. A proposta aprovada pela Comissão da Ordem Econômica exigia apenas o controle de capital, por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, a Comissão de Sistematização deverá excluir a expressão pessoas jurídicas.

As concessões de rádio e TV — como a Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia não conseguiu aprovar o seu projeto, a Comissão de Sistematização tem liberdade para formular a sua proposta. Deverá propor a manutenção dos poderes do presidente da República para autorizar as concessões de emissoras de rádio e televisão. O presidente da República, porém, seria obrigado a consultar o Conselho Nacional de Comunicação, um órgão cuja criação é proposta no projeto. E o Congresso Nacional teria o poder de referendar a decisão.

A anistia — A Comissão de Sistematização decidiu optar pela proposta sobre anistia formulada pela Comissão da Ordem Social, e abandonar a proposta da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias. A Comissão da Ordem Social propõe "anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação desta Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política" por qualquer diploma legal. Prevê a reintegração com todos os direitos e vantagens inerentes ao exercício das funções.

Pluralidade sindical: Prevaleceu o princípio definido pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Cada categoria profissional poderá ter número ilimitado de sindicatos, mas apenas um será o representante dos trabalhadores junto ao poder público.

Conselho da República: A Comissão de Sistematização fundiu três propostas (Conselho da República, Constitucional, e de Segurança Nacional) em um único órgão de assessoria do presidente, o Conselho da República.

Tributos: Mantém-se o Finsocial, cuja extinção havia sido proposta pela Comissão de Sistema Tributário.

Comissão propõe o fim do CSN e a criação do Conselho da República

por Andrew Greenlees de Brasília

Os membros da Comissão de Sistematização esperam concluir até hoje à noite o esboço do novo texto constitucional brasileiro. O trabalho concentra-se agora no capítulo do sistema tributário, já que outra questão pendente — a chamada pluralidade sindical — foi aprovada ontem.

Assim, cada categoria profissional poderá organizar-se em número ilimitado de sindicatos, mas apenas um poderá representar os interesses dos trabalhadores perante o poder público. A legislação ordinária definirá os critérios para a escolha da entidade que representará a categoria. A manutenção do imposto sindical dependerá ainda de negociações entre as lideranças partidárias.

Na área institucional, a principal decisão de ontem foi fundir as atribuições de três conselhos (Constitucional, da República e da Segurança Nacional) em um único órgão de assessoria do presidente: o Conselho da República, formado pelo próprio presidente, os presidentes do Senado e da Câmara, o primeiro-ministro, os líderes da maioria e da minoria na Câmara, o ministro da Justiça, um ministro militar com rodízio anual e seis ci-

A proposta do "grupo dos 8"

por Andrew Greenlees de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), recebeu ontem o projeto de Constituição elaborado pelos oito relatores auxiliares, membros de diversos partidos.

Segundo o coordenador do grupo, Adolpho de Oliveira (PL-RJ), Cabral deverá levar em consideração o texto dos auxiliares ao formular a redação final do anteprojeto. Mas,

entre os relatores adjuntos, conhecidos como o "grupo dos quatro", o trabalho do "grupo dos oito" foi considerado desnecessário.

Os oito auxiliares propõem uma reforma agrária nos moldes definidos pela Comissão da Soberania, Direitos e Garantias, considerada a mais "progressista" das teses apresentadas.

Optou-se pelo voto distrital misto, com idade mínima de 18 anos para os eleitores. A anistia aos servidores civis e

militares cassados também foi considerada "ampla". O "grupo dos oito" não se manifestou quanto ao capítulo de ciência, tecnologia, família e educação, já que a comissão que tratou dos temas não conseguiu produzir anteprojeto.

Foi o próprio Cabral quem nomeou os oito auxiliares, membros de diversos partidos. Logo de início, porém, ficou clara a rivalidade com os quatro adjuntos, todos do PMDB.

dados brasileiros maiores de 35 anos (dois indicados pelo presidente da República, dois pelo Senado e dois pela Câmara).

O Conselho da República deverá ser consultado pelo presidente nos casos de dissolução da Câmara, nomeação e exoneração do primeiro-ministro, proposta de referendo popular, declaração de guerra e celebração de paz, intervenção federal nos estados e decretação do estado de defesa e de sítio.

FINSOCIAL
Até ontem à noite, a Comissão de Sistematização procurava uma fórmula para compatibilizar os tex-

tos sobre tributos produzidos pelas comissões temáticas.

Decidiu-se manter o Finsocial, contribuição calculada sobre o faturamento das empresas e destinada ao Tesouro. O anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário previa a extinção do Finsocial no prazo de cinco anos, período em que seus recursos seriam canalizados para o custeio da transferência de serviços públicos como saúde e educação para o controle de estados e municípios. Outra comissão, a da Ordem Social, determina que contribuições calculadas sobre o faturamento sejam

destinadas à saúde, previdência e assistência social. Prevaleceu também este último artigo.

Mas permanece uma dúvida: ainda no anteprojeto da Ordem Social, está definido que os descontos na folha de salários somente poderão ser destinados à previdência. Surgiu o problema de contribuições como o salário-educação e os referentes a entidades como o Sesi, Senai e Senac, nenhum deles de caráter previdenciário. O próprio desconto do Imposto de Renda na fonte poderia, teoricamente, ser proibido. A questão seria analisada ainda ontem à noite.

O debate da Ordem Econômica

por Francisca Stella Fagó de Brasília

A excessiva internacionalização da economia brasileira é a grande preocupação dos juristas mais próximos das duas figuras-chave da Assembléia Constituinte: Miguel Reale Júnior, que assessorava o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e José Affonso da Silva, conselheiro jurídico do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Reale e Affonso da Silva compartilham idêntica avaliação dos trabalhos que resultaram das comissões temáticas. Temem que o País fique indiscriminadamente sob o controle externo. O diagnóstico não se altera mesmo diante das propostas aprovadas na Comissão da Ordem Social, que ampliam os direitos dos trabalhadores. "A mão-de-obra brasileira ainda continuaria muito barata para os padrões das multinacionais", pondera Reale.

Também o senador Roberto Campos (PDS-MT) preocupa-se com a disciplina do capital estrangeiro, mas por razões opostas. "É um ponto grave", comentou ao tomar conhecimento da nova versão que a Comissão de Sistematização



Miguel Reale

deu à definição de empresa nacional proposta pela comissão da ordem econômica, de que Roberto Campos fazia parte.

Roberto Campos não descarta a possibilidade de se reproduzirem no plenário da Constituinte estratégias semelhantes às adotadas pelo grupo conservador da Comissão da Ordem Econômica, articulado por Roberto Campos, Delfim Netto, Guilherme Afif Domingos e Roberto Cardoso Alves. O grupo apresentou um substitutivo ao projeto do relator, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), e conseguiu aprová-lo.

Na Comissão da Ordem Econômica, a empresa nacional foi definida como "pessoa jurídica constituída e com sede no País,

cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito público interno". Significa que uma pessoa jurídica, de fato controlada por capital estrangeiro, seria considerada nacional, bastando a circunstância de ser domiciliada no País.

Ao fundir essa definição com o projeto da Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão de Sistematização estabeleceu como requisito para a caracterização de empresa nacional o controle decisório, além do controle de capital. E restringiu o alcance da definição da Comissão da Ordem Econômica ao estabelecer que o controle deve estar "sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no País", retirando a expressão "ou jurídicas" do texto anterior.

Dependendo da avaliação do projeto integral da Comissão de Sistematização, Roberto Campos acredita que o grupo a que pertence possa articular-se novamente, fazer um novo projeto e tentar aprová-lo no plenário. A definição de empresa nacional da Comissão de Sistematização "contraria o presidente José Sarney e o ministro da Indústria e do Comércio", afirmou, referindo-se às recentes declarações do pre-

sidente da República e do ministro José Hugo Castelo Branco em defesa da abertura do País aos investimentos estrangeiros.

Miguel Reale reconhece que os investimentos estrangeiros são muito importantes para o desenvolvimento do País. Apenas precisam ser seletivos, autorizados criteriosamente e canalizados para os setores de interesse nacional.

A proposta aprovada pela Comissão da Ordem Econômica chegou a prever "proteção transitória" de "atividades das empresas nacionais que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico". Porém, observa Reale, a definição muito ampla de empresa nacional aprovada na comissão tornaria inócua a regra da proteção às empresas de fato nacionais.

Reale percebe na proposta da Comissão da Ordem Econômica o reflexo, na Constituinte, "de um grande plano de internacionalização da economia brasileira". O Brasil passaria a ser um centro e produtor para exportação e o mercado interno ficaria em segundo plano.

A grande ameaça representada pela combinação dos avanços dos direitos dos trabalhadores aprovados pela Comissão da Ordem Social com os retrocessos aprovados na Comissão da Ordem Econômica, segundo José Affonso da Silva, "é criar a falsa impressão de justiça social". Os trabalhadores poderiam ter constitucionalmente assegurados os direitos a um sistema avançado de seguridade social, à saúde, à garantia de emprego, ao meio ambiente equilibrado. Mas, pondera, os reais controles da sociedade estariam na dependência dos interesses externos.

RIO DE JANEIRO

"Super-Helinho" vai trocar PL pelo PFL

por Riomar Trindade do Rio

O empresário Hélio Paulo Ferraz, presidente do grupo Companhia de Comércio e Navegação (CCN), que controla o Estaleiro Mauá, está deixando o Partido Liberal (PL) para ingressar no Partido da Frente Liberal (PFL). Nos próximos dias, Hélio Ferraz deverá assinar a ficha de inscrição no PFL, em solenidade que deverá contar com a presença do senador Marco Maciel, presidente nacional do partido, e do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL.

Hélio Ferraz — com o slogan de "super-Helinho" — concorreu a uma vaga ao Senado, pela legenda do PL, nas eleições de novembro do ano passado, e obteve votação expressiva: 1.157.400 votos. Individualmente, Hélio Ferraz foi o quarto candidato mais votado, sendo suplantado pelo senador Nelson Carneiro (PMDB) e pelos dois candidatos do PDT, Marcelo Alencar e José Frejat. A segunda vaga do Rio ao Senado ficou com o senador Afonso Arinos (1.041.799 votos) pela soma das duas sublegendas. Ferraz, escolhido secretário das Minas e Energia, foi o primeiro membro do primeiro escalão a abandonar o governo Moreira Franco (o segundo foi o secretário de governo, Paulo Rattes).

O ingresso de Hélio Ferraz no PFL faz parte da estratégia que vem sendo montada pelo ex-ministro Marco Maciel para enfrentar o PDT na disputa da

prefeitura do Rio de Janeiro, no próximo ano. Na visão do comando nacional pefelista, dificilmente será mantida para a eleição municipal a aliança de doze partidos que elegeu Moreira Franco governador do estado, o que enfraquece qualquer candidatura do PMDB. Marco Maciel, neste momento, prefere apostar no deputado Alvaro Valle (PL), o mais votado para a Câmara Federal em 1986, com 324.941 votos.

A eventual aliança do PFL com o PL para tentar conquistar a prefeitura carioca, certamente poderia ser estendida para o outro lado da baía da Guanabara, isto é, para Niterói, onde o governador Moreira Franco — ex-prefeito da cidade — tem densidade eleitoral.

Nesse contexto, Hélio Ferraz é tido como o candidato natural dos dois partidos liberais, pois obteve cerca de 90 mil votos em Niterói na eleição para o Senado.

Para formalizar essa aliança, entretanto, o senador Marco Maciel terá de enfrentar nos bastidores da política fluminense o próprio governador Moreira Franco, que luta para manter unida a aliança popular e democrática que o elegeu. Maciel, porém, conta com o desgaste de Moreira Franco junto a setores do PFL, em face de algumas reivindicações (cargos) não atendidos pelo governador. Marco Maciel terá ainda de "convencer" o deputado Rubem Medina (80 mil votos em 1986), presidente regional do PFL e eterno candidato à prefeitura do Rio.

Militares vão contestar anistia ampla

Os ministros militares vão encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte um documento onde contestam a proposta, da Comissão da Ordem Social, de anistia ampla, geral e irrestrita para os militares cassados a partir de 1964, segundo informou ontem o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. A decisão foi tomada no Ministério da Aeronáutica durante o almoço de trabalho que reuniu, além do general, os ministros da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, da Marinha, Henrique Sabóia, do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ivan de Souza Mendes e um representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na opinião do ministro do Exército, o texto que está em estudo contraria uma emenda constitucional do ano passado, que anistiou cerca de 1.900 militares promovendo-os aos postos imediatos da carreira. Ele acha, também, que esta medida seria altamente onerosa para o País, já que a reintegração dos cassados custaria aos cofres públicos "alguns bilhões de cruzados".

Em sua argumentação, endossada pelo ministro da Aeronáutica, o general acrescenta que o retorno dos punidos além de ser injusto para os que continuaram nas Forças Armadas "não tem nenhum respaldo nas necessidades destas instituições, já que estes homens por estarem afastados há mais de duas décadas, estão desatualizados para trabalhar nos quadros das Forças Armadas".